

Jornal dos Criadores

ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES - ANO VII - Nº 61 - NOVEMBRO/DEZEMBRO 2007

ABC faz 81 anos e presta homenagens

Reconhecimento a quem trabalha pela pecuária



Fernando Penteadinho Cardoso
Destaque Pecuária de Corte



Senadora Kátia Abreu
Personalidade do Ano



Paulo Fernando Machado
Destaque Pecuária de Leite

A Associação Brasileira de Criadores completa seus 81 anos neste mês de dezembro. A comemoração será no dia 17, na sede da entidade, em São Paulo, ocasião em que serão prestadas homenagens a pessoas que se destacam pela contribuição que oferecem à agropecuária brasileira. A senadora Kátia Abreu, do Estado do Tocantins, foi reconhecida pela ABC como Personalida-



de do Ano. O criador Fernando Penteadinho Cardoso é o destaque na pecuária de corte, e o engenheiro agrônomo Paulo Fernando Machado será homenageado por sua atuação em benefício da pecuária de leite.

"São exemplos de luta e trabalho em prol da nossa agropecuária", enfatiza o presidente da ABC, Luis Alberto Moreira Ferreira.

Páginas 2, 3 e 8.

Justas homenagens aos 81 anos

Como já se tornou tradicional nos últimos anos, neste mês de dezembro, quando completa seu 81.º aniversário, a ABC mais uma vez homenageia personalidades de destaque da agropecuária brasileira.

É também uma oportunidade de reunirmos associados e amigos para comemorar uma data tão significativa para todos nós e, por que não, para toda a agropecuária brasileira. Afinal, desde 1926 a ABC se faz presente na nossa agropecuária como, certamente, uma das mais representativas entidades do setor.

A comemoração de seus 81 anos, no dia 17 de dezembro, é motivo de renovação de forças da ABC e também de reafirmação de seus propósitos ao expressar reconhecimento a quem faz de seu dia-a-dia uma sucessão de pequenas, médias e grandes batalhas que, além de gerarem merecidas conquistas pessoais, resultam em benefícios imensuráveis para a pecuária brasileira. É assim, em síntese, que podemos definir os três homenageados da ABC deste ano. São soldados, cada um em sua frente de luta, fazendo por si e para todos; transbordando para a sociedade suas vitórias pessoais.

Não só por respeito, mas acima de tudo por merecimento, nossa homenagem inicial é por alguém que representa a engenharia agrônoma e a nossa agropecuária com a maior dignidade, honradez, seriedade e capacidade técnica. Com 93 anos de vida, o

engenheiro agrônomo Fernando Penteado Cardoso, formado pela Esalq há 71 anos, é uma referência na história da nossa agropecuária, sobretudo na de fertilizantes e na pecuária de corte como criador de neloire linhagem "Lengruber".

Como veremos em nossa festa no dia 17, este espaço de nosso editorial é muito pequeno para relatar uma vida tão grandiosa. Fernando Cardoso é um exemplo. Uma lição de vida!

Nosso segundo homenageado é também engenheiro agrônomo formado pela Esalq, Paulo Fernando Machado. Nosso amigo de algum tempo, pesquisador, professor, é um profundo conhecedor da pecuária leiteira, da ciência animal e de pastagens. A produção de leite era antigamente "o primo pobre" de nossa pecuária, mas foi através dela que nossa pecuária se desenvolveu, dando seqüência a partir dos anos 1950 ao surgimento, crescimento e consolidação da pecuária de corte. A pecuária leiteira também cresceu, e deve muito ao trabalho de Paulo Fernando Machado.

Por fim, nossa "Personalidade do ano de 2007". Jovem e já uma indiscutível liderança rural, a senadora Kátia Abreu revela-se personalidade marcante, exemplo de dignidade e de luta, merecedora plena de nossa homenagem.

Mãe de três filhos, psicólogo, agricultora e pecuarista em Tocantins, ex-presidente da Federação de Agricultura de seu estado, vice-presidente da Confederação

Nacional da Agricultura, ex-deputada federal, é agora senadora da República por Tocantins e também membro da Comissão de Agricultura do Senado. Essa líder de nossa agropecuária ainda tem um futuro a percorrer, mas já é um exemplo para todos nós. A homenagem da ABC à senadora Kátia Abreu é singela frente à expressividade de sua atuação sindical e legislativa, mas é também uma forma sincera de agradecimento e reconhecimento pela sua incontestável liderança.

Como entidade eclética, plural e abrangente de todas as raças bovinas, a ABC se regozija em poder comemorar seus 81 anos de fundação e, ao mesmo tempo, homenagear quem tanto trabalha para o progresso da nossa pecuária e do nosso País.

Um abraço a todos.

Luis Alberto Moreira Ferreira
Presidente da Diretoria Executiva



Associação Brasileira de Criadores
Av. José César de Oliveira, 181 - 11.º andar
Vila Leopoldina
05317-000 São Paulo, SP.
Fone: (11) 3832-9369 Fax: (11) 3831-2731
abc@abccriadores.com.br
www.abccriadores.com.br

A Associação Brasileira de Criadores, fundada em 20 de dezembro de 1926 com o nome de Associação Paulista de Criadores de Bovinos, é reconhecida como entidade de utilidade pública pelo Decreto Estadual n.º 33.811, de 29 de outubro de 1958. Registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob n.º 35, como jurisdição nacional.

DIRETORIA

Presidente Luis Alberto Moreira Ferreira
Vices-presidente Ney Soares Piegas, Luiz Francisco Pavan Silveira
Secretários Eduardo Nunes Gusso, Wanda Pompeu Geribello;
Tesoureiros Francisco Márcio da Costa Carvalho, Paulo Afonseca de Barros Faria Junior.

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente Nelson Luiz Baeta Neves
Vice-presidente Carlos Eduardo Moreira Ferreira
Conselheiros natos Manoel Elpidio Pereira de Queiroz Filho, Guilherme Monteiro

Junqueira, José Cassiano Gomes dos Reis Junior, Luis Alberto Moreira Ferreira.
Conselheiros efetivos Roberto Rodrigues, Silvio Maria Crespi, Eduardo Dias Roxo Nobre, José Luiz de Paula Eduardo, José Roberto Ferreira Martins, José Ricardo S. Rezende.
Conselheiros suplentes Joaquim de Alcântara Machado D'Oliveira, Isabel Sampaio Moreira Piegas, Graice Mara Martins Gomes Martins da Silva, Luiz Rondon Teixeira de Magalhães, Marcio Pereira Lima, Jair Martineli, José Edgard Pereira Barretto Filho, José Eduardo Monteiro de Barros.

CONSELHO FISCAL

Efetivos Licínio dos Santos Silva Filho, Eugênio Salgueiro Gomes, Sérgio Luiz Xavier Porto.
Suplentes Maria Aparecida Bouchardet, César Augusto Canto, Newton Ferreira da Silva.

acadêmica

O Jornal dos Criadores é editado pela **Acadêmica Agência de Comunicação** Rua Engenheiro José Sá Rocha 61, São Paulo, SP. (11) 5081-5237.
Edição José Roberto Ferreira
Reportagem Angela Traboldi
Projeto gráfico e editoração A. C. Prado

Nossos melhores exemplos

Homenagens da ABC mostram que os avanços da pecuária brasileira se devem a muita luta, trabalho e inteligência.



Está certo que as condições naturais ajudam, mas os êxitos acumulados pela pecuária brasileira não se devem somente ao clima favorável,

ao solo fértil e à generosa extensão territorial do País. O fato de a produção nacional de carne e de leite suprir a

demanda interna e ainda possibilitar a exportação para mais de uma centena de mercados se devem a virtudes humanas, como luta, trabalho, persistência e inteligência. Exemplos dessas virtudes serão mostrados – e reconhecidos – pela Associação Brasileira de Criadores por ocasião das comemorações de seu 81.º aniversário, no dia 17 de dezembro, a partir das 18h, em sua

sede em São Paulo. Na oportunidade, a ABC prestará uma homenagem à senadora Kátia Abreu (DEM-TO), como Personalidade do Ano, e ao pecuarista Fernando Penteado Cardoso e ao engenheiro agrônomo Paulo Fernando Machado pela contribuição que já deram à pecuária de corte e de leite, respectivamente.

Conheça os homenageados:

PERSONALIDADE DO ANO

Senadora Kátia Abreu

Natural de Goiânia, psicóloga, mãe de três filhos, Kátia Regina de Abreu tornou-se chefe de família e empresária rural aos 25 anos de idade, com a morte do marido. Presidiu a Federação da Agricultura do Estado do Tocantins de 1995 a 2005 e desde o ano passado ocupa uma vice-presidência da CNA. Deputada federal mais votada em 2002 pelo Tocantins (obteve 13% dos votos válidos), ganhou destaque nacional ao coordenar a Frente Parlamentar da

Agricultura do Congresso Nacional. Foi autora de importantes projetos, como o que regulamenta a comercialização de organismos geneticamente modificados e o que aumenta o controle de agrotóxicos.

Em outubro de 2006 foi eleita para o Senado, onde é titular nas comissões de Agricultura e Reforma Agrária; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos.



PERSONALIDADE DO ANO – PECUÁRIA DE CORTE

Fernando Penteado Cardoso

Presidente da Fundação Agrisus e criador de nelore, Fernando Penteado Cardoso tem uma contribuição à agropecuária brasileira compatível com a altura de seus 93 anos de idade. Engenheiro agrônomo pela Esalq/USP, fundou e dirigiu a Manah – adubos e pecuária de corte – de 1944 a 1992. Foi Secretário da Agricultura (SP), presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (SP) e colaborou com várias entidades, como o Instituto Biológico (SP)

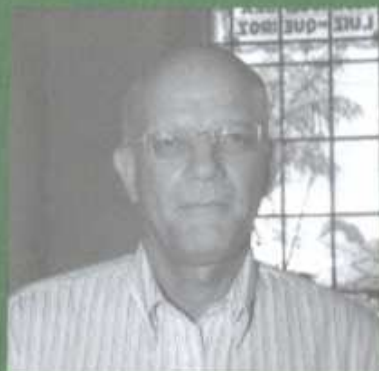
e a Embrapa. Recebeu a Medalha Ordem do Ipiranga (SP), o Diploma de “Agrônomo do Ano 1989” (Associação dos Engenheiros Agrônomos de SP), a Grande Medalha da Inconfidência (MG) e o Prêmio Mérito do Governo do Estado de SP. Criou e preside desde 2001 a Fundação Agrisus, que apóia financeiramente pesquisas, estudos, eventos e capacitação acadêmico-profissional dirigidas à promoção da agricultura sustentável.

PERSONALIDADE DO ANO – PECUÁRIA DE LEITE

Paulo Fernando Machado

Engenheiro agrônomo, é professor titular em bovino cultura de leite e chefe do Departamento de Zootecnia da Esalq/USP, escola onde se formou na graduação e fez o mestrado em Ciência Animal e Pastagens. Doutor em Ciências dos Alimentos pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP e pós-doutorado em Bioquímica do Rúmen pela Michigan State University. Coordena a Clínica do Leite da Esalq e integra a Câmara Setorial do Leite

da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Com sua ampla experiência, oferece contribuição significativa tanto na área de pesquisa como para empresas do setor leiteiro. Seu trabalho tem ênfase em gerenciamento e nutrição e alimentação animal, atuando principalmente nos seguintes temas: gerenciamento de empresas produtoras de leite, nutrição de bovinos leiteiros, qualidade do leite e controle da mastite.



Pecuária de corte: tecnologia e gestão

ROBERTO RODRIGUES

Os pecuaristas brasileiros, produtores da melhor carne do mundo, sofreram duramente nos últimos anos com os preços do boi gordo bastante deprimidos. Apesar de conquistarmos cada vez mais novos mercados – hoje exportamos carne para 150 países –, os preços ficaram baixos por razões pouco explicadas. No entanto, nos últimos meses houve uma mudança no cenário, e eles subiram um pouco. Ainda não foram corrigidos para os índices anteriores a 2003, mas já remuneram melhor o produtor. O câmbio tem sido um elemento adicional para a baixa remuneração e aí não há horizonte de mudanças significativas no curto prazo.

A sobrevivência dos produtores tem sido oportunizada pelo salto no patamar tecnológico. Há 10 anos, um boi ia para o frigorífico com quatro anos de idade, pesando 22/23 arrobas. Hoje, com 18 meses já está em ponto de corte, com 15/16 arrobas. Com isso, tem sido possível extrair muito mais carne por hectare. A divisão, a rotação e o manejo de pastagens, sua adubação (em alguns casos até irrigação) e o uso de novas forrageiras mais nutritivas, se somam a um espetacular melhoramento genético do nosso rebanho, seja no caso de raças zebuínas puras como o nelore ou o guzerá, seja no cruzamento industrial em que o zebu é cruzado com raças europeias ou americanas.

O resultado é notável: o boi brasileiro pode ser chamado de "boi verde", porque cresce em regime de pasto e não consome farinhas de origem animal, o que acaba com a possibilidade de doenças terríveis como o mal da vaca louca. Por outro lado, temos sol o ano todo e não precisamos es-

tabular o gado no inverno. Portanto, nossas vantagens comparativas são enormes. Mas corremos o risco de perdê-las, por duas razões: a defesa sanitária e a rastreabilidade.

No primeiro caso, o problema maior é a aftosa. Embora esta doença de animais não ataque a espécie humana, os países importadores suspendem suas compras de países onde ela ocorre, com medo de ser transmitida a seus próprios rebanhos. Há muito de interesse comercial nisso. Mas, de qualquer forma, é um tema que precisa ser tratado

com rigor por governos e produtores, porque um único governante ou produtor relapso pode prejudicar todo o país, embora a maioria absoluta destes seja muito cuidadosa. E a questão só será resolvida em definitivo quando todos os países da América do Sul trabalha-

rem juntos. Não é tão difícil, basta a vontade política.

A outra área é a rastreabilidade, mecanismo que permite aos consumidores ter uma carne de qualidade certificada, com o conhecimento de todas as etapas de produção. Esta é uma tendência mundial irreversível, e não só para a carne: consumidores do mundo todo estão cada dia mais exigentes quanto aos fatores de produção, na direção da sustentabilidade técnica, ambiental e social.

E já caminhamos para a certificação da propriedade rural, o que dá mais precisão ao processo.

Ambas as questões – defesa e rastreabilidade – são elementos de gestão, bem como a novíssima integração lavoura-pecuária introduzida pela Embrapa. Os pecuaristas brasileiros já deram testemunho de sua grande vitalidade ao incorporarem novas e modernas tecnologias de produção. Podemos aproveitar esta fase de preços melhores para investir ainda mais na gestão do setor, para que nossa competitividade fique para sempre imbatível.

Roberto Rodrigues, engenheiro agrônomo, ex-ministro na Agricultura, dentre outras atividades é coordenador da área de agronegócio da Fundação Getúlio Vargas, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e membro do Conselho Deliberativo da ABC.



Nossas vantagens comparativas são enormes. Mas corremos o risco de perdê-las, por duas razões: a defesa sanitária e a rastreabilidade.

Branco maculado

Para o Ministério da Agricultura, problema de inspeção na qualidade do leite não decorre da falta de fiscais nem de verbas.

As fraudes encontradas pela Polícia Federal, em outubro último, nas cooperativas Casmil e Coopervale, em Minas Gerais, revelam a fragilidade da fiscalização e a falta de compromisso da cadeia produtiva com a qualidade do leite. As duas cooperativas colocavam água oxigenada e soda cáustica no leite que era vendido a outras empresas e a consumidores.

A grande repercussão que o fato ganhou na imprensa nacional e na população motivou o Senado e a Câmara Federal a realizarem audiências públicas nos dias 7 e 14 de novembro, respectivamente. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, compareceu às duas.

Apesar de o governo ter apenas 212 fiscais para auditar 1.686 indústrias de produtos lácteos com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), em 25 Estados, Stephanes declarou que os problemas da defesa agropecuária não têm origem na escassez de fiscais ou de verbas, mas sim na ausência de planejamento e capacidade operacional. "O caso do leite não foi por falta de fiscal, porque ele estava lá 24 horas por dia. Foi outra coisa", afirmou.

Nas audiências também foram explicadas as mudanças a serem im-

plementadas no SIF. "Começaremos pelo leite, mas as mudanças também irão alcançar outras cadeias produtivas", informou Stephanes. "O sistema atual está defasado e esgotado. A mudança dará outra dinâmica ao tratamento dos temas", informou.

Pacto na cadeia

O Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), Nelmon Oliveira da Costa, explicou como será o novo sistema para a cadeia produtiva do leite. As inspeções serão menos frequentes e mais minuciosas, e será eliminada a figura do fiscal federal agropecuário que trabalha de forma permanente nos laticínios. "Serão equipes de, no mínimo, três profissionais que farão inspeções aleatórias nos estabelecimentos", explicou Costa.

O diretor informou ainda que, em 2006, o SIF condenou 21 milhões de litros de leite no País. Outros 113 milhões de litros foram recomendados apenas para serem usados na fabricação de derivados.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite, a Leite Brasil, Jorge Rubez, o novo modelo de fiscalização anunciado pelo Ministério da Agricultura poderá ser



Jorge Rubez defende um pacto pela qualidade na cadeia do leite

eficiente, "mas precisamos esperar ser implantado para verificar se vai funcionar mesmo", afirmou. No assunto fiscalização, Rubez se preocupa especialmente com o grande volume de leite colocado no mercado de modo informal. "É esse o maior problema; cerca de 34% do leite consumido na forma fluida ou de queijo vem do mercado informal".

Além da fiscalização em todos os elos da cadeia láctea, o presidente da Leite Brasil destaca outro ponto importante para se evitar problemas como os verificados nas cooperativas mineiras. "É necessário que haja um pacto pela qualidade dentro da cadeia", enfatizou. "Quando alguém descobrir uma carreta de leite ruim, tem que denunciar, para ela não ficar circulando até encontrar um comprador", exemplificou.

CARNE

Um brinde com vodca

Rússia volta a importar carne de oito estados brasileiros

A partir de 1º de dezembro, oito estados brasileiros vão poder voltar a exportar carne bovina e suína para a Rússia. Desde outubro de 2005 as importações estavam suspensas para Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Amazonas e sul do Pará. A suspensão do embargo foi anunciada pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Reinhold Stephanes, em Brasília.

O mercado russo consome 15% da carne bovina e 70% da carne suína exportada pelo Brasil. Segundo o ministro, os problemas com a Rússia foram superados, após seis meses de negociações com o Mapa, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária. Ainda em 2007 o Ministério enviará uma missão a Moscou para finalizar os acordos.

O que motivou o embargo russo foi a desconfiança de que o governo

brasileiro não conseguiria controlar os focos de aftosa descobertos em Mato Grosso do Sul e Paraná, em 2005. Depois, passaram a exigir garantias sobre os certificados sanitários emitidos pelo Brasil, afirmando ter apreendido em seus portos cargas com documentação falsificada. O ministério passou a emitir, desde agosto, o certificado em papel-moeda, que dificulta falsificações. Houve também problemas em alguns frigoríficos habilitados a exportar para a Rússia. Nos últimos seis meses o Mapa descredenciou pelo menos dez das 180 unidades de frigoríficos habilitadas para exportação.

Resultados imediatos

Vinda da comissão veterinária europeia já provoca mudanças na rastreabilidade e nos controles de trânsito de animais.

A visita da comissão veterinária da União Europeia (UE) ao Brasil – para verificar as condições gerais da cadeia da carne bovina que exporta para os países do bloco – já provocou resultados. A comissão, de nove membros que visitaram fazendas e frigoríficos, encerrou suas atividades no País no dia 19 de novembro (foram iniciadas no dia 5 do mesmo mês) e enviará seu relatório em dezembro, mas o governo resolveu se antecipar.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) anunciou, já no dia 20 de novembro, algumas medidas que visam tranquilizar os europeus em sua preocupação central como importadores da carne bovina brasileira: evitar o abate (e a conseqüente exportação) em zonas aprovadas de animais oriundos de áreas não aprovadas pela Comissão Europeia. Atualmente, estão habilitados para exportar à União Europeia os estados de Goiás, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e áreas do Mato Grosso e de Minas Gerais.

Uma das medidas tomadas pelo Mapa, anunciadas pelo próprio ministro Reinhold Stephanes em 20/11, se refere ao Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov) – um dos pontos mais criticados pelos europeus em suas reuniões com técnicos do Ministério. Conforme a nova decisão do Mapa, os frigoríficos habilitados a exportar carne bovina *in natura* para o velho continente somente poderão abater animais procedentes da área habilitada pela UE que tenham permanecido, antes do abate, pelo menos 90 dias na área habilitada e 40 dias na última propriedade. Com isso, a propriedade que receber animais de áreas não-habilitadas não poderá encaminhar nenhum animal para abate aos frigoríficos que expor-

tam para o mercado europeu nos 90 dias seguintes.

Integração Sisbov-GTA

Outra mudança, conforme uma circular expedida pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa), determina que os pecuaristas que fornecem a frigoríficos exportadores para a UE poderão comprar gado para engorda de áreas não habilitadas somente até 31 de dezembro de 2008. Depois disso, a aquisição de animais deverá ser feita de fazendas habilitadas, exceto para reprodução.

Também atendendo a reclamações dos europeus, que identificaram fragilidades nos controles de trânsito de animais, inclusive nas divisas e fronteiras, o Mapa fará com que os sistemas da Guia de Trânsito Animal (GTA) eletrônica e do Sisbov sejam integrados. A circular exige ainda que as GTAs dos animais enviados aos frigoríficos estejam acompanhadas pelo número individual de registro do animal no Sisbov. Foi instituído também o prazo de 60 dias para que todos os estados habilitados para o mercado europeu adotem a GTA eletrônica.

Uma medida adicional tomada pelo Mapa será a transferência do Sisbov da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário para a Secretaria de Defesa Agropecuária, como era anteriormente.

As alterações promovidas pelo Mapa atingem também os frigoríficos. Os que exportam para a Europa terão que seguir as regras do Sisbov em todas as suas operações, seja para o mercado interno ou para outros mercados importadores. Além disso, todos os cortes produzidos por um frigorífico terão de sair do Estado habilitado embalados e com etiquetas se o destino for um entreposto localizado em Estado não habilitado.



Camardelli: Brasil esgotou os créditos com a União Europeia.

Sem delongas

Medidas tomadas pelo Mapa são necessárias

O ministro Reinhold Stephanes fez um balanço da missão de inspeção europeia que esteve no Brasil entre os dias 6 e 19 de novembro para avaliar a cadeia produtiva da carne bovina. "Na parte de inspeção sanitária e de combate à aftosa o Brasil evoluiu. Eles ficaram satisfeitos sobre esse aspecto, mas encontraram fragilidades no sistema de rastreabilidade e sua relação com a Guia de Trânsito Animal", explicou o ministro. "Não vamos mais pedir prazo; vamos simplesmente adotar medidas e comunicar a adoção ao mercado europeu".

Em 2006, o Brasil exportou US\$ 2,2 bilhões de carnes para a União Europeia. Aproximadamente 66% da carne consumida nos países membros do bloco econômico é brasileira.

Para o diretor executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), Antonio Jorge Camardelli, as medidas adotadas pelo Mapa são duras, porém representam a última carta na manga para tentar manter o mercado europeu aberto ao Brasil. "Mesmo assim, não sabemos ainda se essas medidas serão suficientes para manter a habilitação nos estados que hoje podem exportar para os europeus", ressaltou Camardelli. Por isso, na sua avaliação, é imprescindível agir rápido e adotar um sistema de rastreabilidade enxuto e exequível. "Precisamos adotar um sistema que seja aceito pelo produtor, oferecendo uma remuneração diferenciada para aqueles que investem em tecnologia; além de verticalizar o sistema nos estados e ter um controle 100% dos brincos".

Com relação ao fato de os frigoríficos que exportam para a Europa terem de seguir as regras do Sisbov, tanto para o mercado interno ou para outros mercados importadores, Camardelli foi enfático: "Não temos mais crédito com a União Europeia e a saída é trabalhar na gestão de um modelo novo e também direcionar os trabalhos para expansão das áreas livres".

MS livre, com vacinação.

Sobe para 18 o número de estados em que a aftosa está controlada

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) reconheceu, no início de novembro, a condição de livre de febre aftosa com vacinação do Mato Grosso do Sul. Desde 2005 esse estado estava impedido de comercializar animais e seus produtos para outras regiões do Brasil e para o exterior. O rebanho sul-mato-grossense é o segundo maior do País, precedido pelo Mato Grosso.

O Mapa também suspendeu as restrições impostas ao trânsito e comércio de animais e produtos procedentes de Eldorado, Japorá e Mundo Novo. Nesses municípios foram detectados, em 2005 e 2006, focos de febre aftosa que determinaram as restrições ao estado. A decisão do Ministério é o primeiro passo para o reconhecimento do novo status sanitário pela Organização Mundial de Saúde Animal. Em dezembro, uma nova missão internacional deve visitar a região.

Com o novo status do Mato Grosso do Sul, agora são quinze os estados brasileiros reconhecidos como livres de febre aftosa com vacinação em cem por cento de seus territórios. Amazonas e Pará têm esse status apenas em alguns municípios. Santa Catarina continua sendo o único estado livre de aftosa sem vacinação. *(veja a tabela nesta página)*

O eventual aparecimento de um ou mais casos de febre aftosa, em qualquer das áreas consideradas livres da doença, implicará a suspensão temporária da situação vigente. A suspensão poderá incluir apenas parte da área livre no caso de surto limitado ou, quando for possível, estabelecer uma zona de contenção que agrupe todos os casos, com a finalidade de reduzir, ao mínimo, o impacto da doença.

Orçamento maior

No orçamento para o ano que vem, o governo federal prevê dobrar os recursos para o Programa Nacio-

nal de Erradicação de Febre Aftosa. Para este ano foram reservados R\$ 41,5 milhões; para 2008 a proposta do governo chega a R\$ 86,5 milhões. Na área de laboratórios de análise animal, a previsão de aumento é de 70%; os recursos disponíveis passam de R\$ 17,7 milhões em 2007, para R\$ 29,9 milhões em 2008.

Para a vigilância sanitária de animais nas divisas estaduais o orçamento deverá crescer 13%, passando de R\$ 2,5 milhões para R\$ 2,82 milhões. Por outro lado, para inspecionar o trânsito de animal nas fronteiras internacionais os recursos cairão em 17%, de R\$ 3,5 milhões para R\$ 3 milhões.

A FEBRE AFTOSA NO BRASIL

A situação de cada estado em novembro/2007

Situação sanitária	Estado	Último registro aftosa	Notas
Livre de febre aftosa sem vacinação	Santa Catarina	Dezembro 1993	Todo o território
	Pará	Junho 2004	Região Centro-sul. Municípios relacionados na Portaria 43/2006.
Livre de febre aftosa com vacinação	Acre	Junho 1999	Todo o território
	Amazonas	Setembro 2004	Municípios de Boca do Acre e Guajará
	Bahia	Maio 1997	Todo o território*
	Distrito Federal	Maio 1993	Todo o território
	Espírito Santo	Abril 1996	Todo o território
	Goiás	Agosto 1995	Todo o território
	Mato Grosso	Janeiro 1996	Todo o território
	M. Grosso do Sul	Abril 2006	Todo o território
	Minas Gerais	Maio 1996	Todo o território
	Pará	Junho 2004	Região Centro-sul. Municípios relacionados na Portaria 43/2006.
	Paraná	Fevereiro 2006	Todo o território
	Rio de Janeiro	Março 1997	Todo o território
	R. Grande do Sul	Maio 2001	Todo o território
	Rondônia	Fevereiro 1999	Todo o território*
	São Paulo	Março 1996	Todo o território
Sergipe	Setembro 1995	Todo o território	
Tocantins	Maio 1997	Todo o território*	
Não reúne as condições necessárias para serem incluídas em uma das situações anteriores.	Alagoas	Setembro 1999	Todo o território
	Amapá	Outubro 1999	Todo o território
	Amazonas	Setembro 2004	Exceto os municípios de Boca do Acre e Guajará
	Ceará	Abril 1997	Todo o território
	Maranhão	Agosto 2001	Todo o território
	Pará	Junho 2004	Região Norte. Municípios não incluídos na IN-DAS 25/2007.
	Paraíba	Outubro 2000	Todo o território
	Pernambuco	Fevereiro 1998	Todo o território
	Piauí	Fevereiro 1997	Todo o território
	R. Grande do Norte	Agosto 2000	Todo o território
Roraima	Junho 2001	Todo o território	

*Exceto zona tampão. | Fonte: Ministério da Agricultura.

Contribuições ao leite e ao corte

ABC foi pioneira em vários serviços para benefício da pecuária



A ABC nasceu em 20 de dezembro de 1926 com o nome de Federação Paulista de Criadores de Bovinos (FPCB), em assem-

bléia realizada na sede da Liga Agrícola Brasileira, no centro de São Paulo. Em 1951, por exigência da legislação, sua denominação foi alterada para Associação Paulista de Criadores de Bovinos. Em 1973, por iniciativa de seus dirigentes, passou a se chamar Associação Brasileira de Criadores.

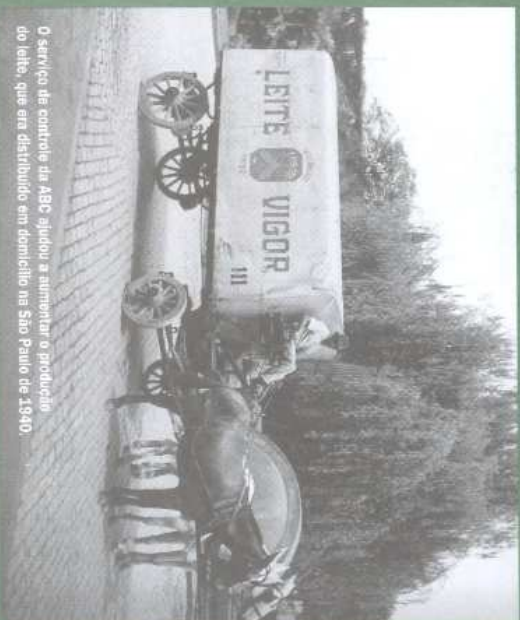
Já em março de 1927, em conjunto com o Ministério da Agricultura, a ABC organizou e implantou o Serviço de Registro Genéalogico (SRG) das raças bovinas criadas no Brasil. Tratava-se de um importante passo para a organização da criação primitiva pecuária brasileira, tanto no setor de leite como no do corte, já que o registro genéalogico permitia a elaboração de relatórios sobre as condições dos rebanhos e a apresentação de sugestões aos criadores.

Em 1929, o primeiro relatório sobre SRG indicava a necessidade de diversificação das pastagens e a plantação de forragens para corte, bem como explicava sobre silos e silagem. Sugeria o abate de vacas com reduzida produção de leite ou raquíticas, estimulava o emprego de reprodutores de puro sangue e explicava a importância da veterinária. Ressaltava ainda a necessidade do treinamento da mão-de-obra envolvida no manejo dos animais.

Nessa época, existiam em São Paulo 38 rebanhos, 29 deles compostos por animais da raça Holandesa. Os demais eram das raças Schwys (4 rebanhos), Jersey (2), Dinamarquesa (2) e Holstein Americana (1).

Controle leiteiro

Em 1945, mais uma significativa contribuição foi dada pela ABC, com a implantação do Serviço de Controle Leiteiro. O SCL consistia na verificação, por um técnico, do peso do leite extraído de cada vaca,



O serviço de controle da ABC ajudou a aumentar o produção do leite, que era distribuído em domicílio na São Paulo de 1940.

nas duas ordenhas diárias, e da taxa média de gordura, dados que indicavam aos produtores os animais com melhor desempenho: na lactação e permitiriam conhecer o valor real do rebanho. Os relatórios do SCL, vaca por vaca, eram mensalmente publicados na *Revista dos Criadores*, o que ajudou a estimular o mercado e a valorizar as vacas mais produtivas tanto pela capacidade de lactação como pelo seu patrimônio genético com vistas à reprodução.

O primeiro estudo sobre os resultados do Serviço de Controle Leiteiro foi feito em 1945. A lactação média dos rebanhos era de 700 kg/vaca/ano; portanto, bem menos da metade da média, verificada atualmente. Parte expressiva desse aumento deve-se ao trabalho pioneiro da ABC iniciado em 1944.

Desenvolvimento ponderal

Apesar de sua maior dedicação ao setor leiteiro, a ABC também exerceu iniciativas com benefícios exclusivos para a pecuária de corte. Uma delas foi a implantação do Serviço de Controle de Desenvolvimento Ponderal (SCDP), destinado à medição do

ganho de peso dos animais. Implantado em 1967, o SCDP consistia na visita de técnicos da Associação aos rebanhos inscritos para pesagem dos animais no nascimento e nas idades de 205, 365, 550 e 730 dias. Com base nos dados colhidos, os criadores puderam conhecer o comportamento de seus animais, avaliar os processos utilizados para a engorda, divulgar dados sobre ganho de peso em seu rebanho, verificar a capacidade de transferência genética dos reprodutores utilizados e proceder à seleção de novos produtores.

A ABC contribuiu significativamente para a melhoria dos rebanhos também por meio de seu departamento de assistência técnica, que procurava resolver problemas apontados pelos criadores, e do departamento comercial, responsável pela venda dos mais variados produtos agrícolas e veterinários.

Outras duas atividades realizadas de forma pioneira pela ABC em São Paulo foram os leilões, a partir de 1954, e as exposições-feiras, que tiveram início em 1956 e serviram de base para as exposições nacionais de animais.